



Keith Thomas

Universidades sob ataque

Universities under attack

palavras-chave:
universidade pública;
universidades
britânicas;
financiamento público
na educação;
regulamentação da
produção acadêmica;
RAE, REF.

Em face das recentes mudanças nos critérios de distribuição de verbas e de avaliação da produção acadêmica nas universidades britânicas, por parte de agências regulatórias, o autor discute o desafio que se coloca à instituição universitária em sua tarefa de produção de conhecimento e analisa as políticas públicas e seu impacto no ensino de nível superior, sugerindo ainda alternativas a serem adotadas pela comunidade acadêmica diante de tal situação.

keywords:
public university;
British universities;
public funding
in education;
research assessment;
RAE, REF.

In face of the recent changes in the funding system and the implementation, by regulatory agencies, of new criteria to assess academic research in British universities, the author discusses the challenge posited to these institutions in their task of producing knowledge and analyses public policies and their impact on higher education. The article also proposes alternatives to be taken by the academic community in light of this predicament.

Artigo recebido em
12 de fevereiro de 2012
e aprovado em
26 de abril de 2012

* Este texto foi publicado originalmente na revista *October* vol. 33, n. 24, 15 de dezembro de 2012, p. 9-10.

Estamos todos extremamente apreensivos quanto ao futuro das universidades britânicas. Nossa lista de preocupações é longa. Ela inclui a descontinuidade da educação universitária gratuita; a retirada do financiamento público direto ao ensino de humanidades e ciências sociais; a submissão das universidades a um regime intrusivo de regulamentação governamental e auditoria inquisitorial; a tentativa tosca de medir e aumentar a produção acadêmica; a exigência de que toda pesquisa acadêmica tenha “impacto” sobre a economia; a transformação de comunidades acadêmicas autogovernadas em meganegócios, dirigidos por uma classe de executivos regidamente remunerada que controla os professores, ou por gerentes de segundo escalão, que por sua vez administram um mal-pago proletariado de jovens professores e assistentes de pesquisa, frequentemente trabalhando em regime de dedicação temporária ou meio período e devendo lidar com uma proporção cada vez mais crítica de aluno por funcionário; a noção de que as universidades, ao invés de trabalharem colaborativamente em prol de um objetivo comum, devem competir entre si e de que, por meio de provedores particulares, devem vender seus serviços em um mercado no qual os alunos são vistos não como parceiros em uma empreitada conjunta de aprendizado e entendimento, mas como “consumidores” à busca dos menores custos que lhes garantam o melhor prospecto de ganho; a atribuição indiscriminada do título de “universidade” a instituições com equipes que não realizam pesquisa e cuja missão primordial é prover ensino profissionalizante; a rejeição da ideia de que o ensino superior possa ter um valor não-monetário, ou de que a ciência, a erudição e a investigação intelectual são importantes por razões não relacionadas ao crescimento econômico.

Tal é o contraste em relação à visão medieval do conhecimento como uma dádiva divina que não poderia ser vendida, mas que deveria ser transmitida livremente. Ou ao conceito de universidade devotada à educação superior na Alemanha do século XIX; ou ainda à tradição, nesse país, de alguns egressos da universidade, em vez de correrem para Canary Wharf¹, de desejarem colocar o que aprenderam a serviço da sociedade, lecionando em escolas secundárias ou trabalhando em instituições beneficentes, em organizações ligadas à arte, à conservação do meio-ambiente, em agências de auxílio a países em desenvolvimento, em inúmeras outras causas, boas embora decerto não remuneradas.

Nossa litania de insatisfações me faz pensar na sorte que tive ao iniciar minha vida acadêmica em meados dos anos 50, e assim ter vivido várias décadas daquilo que aos olhos de hoje parecem ter sido os anos dourados da liberdade acadêmica, “quando a inteligência era clara e vicejante,/ E a vida corria alegre, tal o Tâmisia cintilante;/ Antes dessa

1. Canary Wharf é um dos principais polos financeiros da cidade de Londres, sediando numerosos bancos e corporações globais.

2. No original: “*When wits were fresh and clear;/And life ran gaily as the sparkling Thames;/Before this strange disease of modern life, / With its sick hurry, its divided aims*”. Trata-se de trecho do poema **Scholar-Gipsy** de Matthew Arnold (1822–1888).

estranha moléstia da vida moderna,/ Com sua pressa doentia e suas ambições discordantes”². Era uma época em que estudantes recebiam financiamento público e a verba pública para as universidades era distribuída pela Comissão de Verbas Universitárias, constituída em grande parte por acadêmicos e trabalhando muito próximo ao governo; eles compreendiam as necessidades das universidades e administravam com aiosidade, alocando fundos consignados e apenas exigindo que fossem gastos em edifícios, ensino e pesquisa. Era a época em que as “novas” universidades da década de 1960 estavam criando novos currículos, elaborados com um olho na efervescência intelectual que geravam. É evidente que naqueles dias havia um menor número de universidades, às quais somente uma minoria de jovens tinha acesso. Hoje é motivo de regozijo que o ensino superior esteja, de alguma maneira, potencialmente disponível para quase a metade da faixa etária concernida. Porém, devido ao fato de existirem tantas universidades, reais ou assim chamadas, hoje há menos recursos para serem distribuídos e o uso desses fundos é mais intensamente controlado. Como resultado, houve uma nítida deterioração do ambiente de trabalho para alunos e acadêmicos. Quando penso na liberdade que tive como jovem professor de Oxford, sem ninguém a me dizer de que maneira devia ensinar ou o que pesquisar, ou ainda como adaptar minhas atividades para maximizar a performance da faculdade segundo os parâmetros do RAE (Research Assessment Exercise) [de alocação seletiva de verbas de pesquisa para universidades], e quando comparo isso ao opressivo micro gerenciamento que se desenvolveu em resposta às exigências do governo, não me surpreende que hoje os alunos mais capazes tenham deixado de optar por uma carreira acadêmica, como teriam feito no passado.

3. *Browne Report* é um relatório sobre o sistema de educação superior britânico, elaborado em 2010, propondo mudanças drásticas no modo de financiamento público da universidade.

4. *White Paper*, literalmente “Relatório branco”, trata-se de documento oficial mediante o qual governos ou corporações privadas anunciam políticas regrando assuntos específicos.

Em vista do filistinismo na escala do *Browne Report*³ e do *White Paper*⁴ do governo, o que podemos fazer? Para onde podemos nos voltar? Não para o governo atual, pois está comprometido com uma visão mercadológica do sistema universitário e motivado por considerações econômicas. Não para o Partido Trabalhista que, quando no governo, introduziu taxas de matrícula e mensalidade em 1998, triplicou-as em 2008, e declarou, em um documento de 2009, que as universidades deveriam fazer uma “contribuição maior para a recuperação econômica e crescimento futuro”. Hoje na oposição, o partido praticamente não se pronuncia sobre toda essa questão. Não para o Hefce [Higher Education Funding Council for England; Conselho de Financiamento para o Ensino Superior da Inglaterra], em seu novo papel como “principal regulador” pois, nada surpreendentemente, seu presidente executivo acolheu com entusiasmo o *White Paper*. Não para os conselhos de pesquisa,

cujo papel como agências do governo torna-se cada vez mais gritante. Não para as cortes de Justiça, pois é certamente improvável que elas acolham o recente pleito de alguns alunos para que o aumento de taxas seja declarado uma violação dos direitos humanos. Menos ainda para a própria categoria acadêmica como um todo, pois somente em algumas poucas universidades é dado a todos os seus membros o direito de expressar publicamente sua discordância - como na recente moção de censura apresentada pela Congregação de Oxford - e em muitas instituições eles não ousam sequer queixar-se a seu chefe de departamento, por receio de uma perseguição daí decorrente. Tampouco, finalmente, para os vice-reitores, pois, com algumas honrosas exceções, eles mostraram-se totalmente impassíveis no que se refere às políticas governamentais cada vez mais desastrosas, e estão, compreensivelmente, mais interessados em ver o que suas próprias instituições têm a ganhar com os novos arranjos, do que em confrontá-los de modo direto.

Apesar disso, gostaria de sugerir alguns caminhos alternativos. Em primeiro lugar, em relação a mensalidades escolares. As novas reservas para as despesas com mensalidades escolares foram previstas às pressas e apresentadas de maneira caótica, com muitos retrocessos e mudanças de pensamento, e pouca economia financeira visível no final, uma vez que o Estado continua tendo que adiantar o pagamento e certamente não conseguirá recuperá-lo todo no prazo de trinta anos. Mas numa era de ensino universitário em massa, e sem uma redução em outros gastos públicos ou uma disposição para aumentar o imposto direto, as anuidades certamente vieram para ficar. O grande fracasso do governo tem sido a sua incapacidade em apresentar o esquema de modo realista: uma taxa para alunos formados, a ser paga apenas por aqueles que recebem um salário acima de certo valor mínimo, e apenas por um período pré-estipulado. Ao invés disso, os possíveis candidatos ficam com a impressão errônea de que eles serão esmagados pelo resto de suas vidas sob o peso de uma dívida insuportável. Outro dia ouvi no rádio a reclamação de uma mãe, dizendo que caso seu filho fosse para a universidade e, depois de formado, eventualmente não conseguisse um emprego, ele não teria como amortizar sua dívida colossal. As universidades devem se empenhar em ajudar os alunos de baixa renda, eliminando taxas, concedendo auxílios e bolsas de estudos, mas acima de tudo deveriam tentar dissipar a bruma de mal-entendidos criada pela inépcia do governo.

Em segundo lugar, devemos exigir mudanças no [método de alocação seletiva de verbas de pesquisa para as universidades, denominado] REF (Research Excellence Framework), o antigo RAE (Research Assessment Exercise). Em minha experiência, esta operação, embora

tenha sido inicialmente um estímulo, teve efeitos terríveis no longo prazo. Ela gerou um grande volume de publicações prematuras e um volume ainda maior de publicações desnecessárias por aqueles que não tinham nada de novo a dizer naquele determinado momento, mas foram forçados a botar ovos, mesmo que podres. Nas Ciências Sociais, desestimulou a produção de livros, em prol de artigos de especialistas, e ao usar a arbitragem por pares como método de avaliação, muito provavelmente consagrou ortodoxias e atuou como um freio na assunção de risco intelectual e inovação. Em toda a parte, levou a uma indesejada mudança nas prioridades acadêmicas, pois os professores mais jovens foram incentivados a fazer tudo o que pudessem para garantir verbas externas para pesquisas que lhes permitissem escapar de dar aulas, o que agora consideram uma atividade muito inferior; e induziu vice-reitores a imitar clubes de futebol comprando “astros” de fora mediante termos e condições especiais. O RAE também foi absurdamente rígido em seus requisitos. Há alguns anos, um colega de outra universidade publicou um livro enorme, baseado em um grande volume de pesquisas de arquivos, documentadas com meticulosidade, belamente redigidas, trazendo reinterpretções de um importante evento histórico, novas e argumentadas de modo competente. Observei a um amigo daquela universidade que uma grande obra certamente ajudaria as perspectivas de todos no RAE. “Ah não”, disse ele. “Não podemos computá-lo [o professor]. Ele precisa de quatro itens e aquele livro é tudo o que ele tem”. Em uma reunião do conselho editorial de um projeto histórico de múltiplos volumes, surgiu a questão sobre o que deveria ser feito se, por acaso, alguns dos capítulos submetidos acabassem sendo considerados insatisfatórios. A resposta óbvia seria adiar a publicação até que estes fossem adequadamente revisados. Mas prontamente se colocou que isto seria muito difícil para os outros colaboradores, que contavam com que seus trabalhos fossem publicados a tempo para serem incluídos no REF. Então, se o pior ocorrer, vamos nos defrontar com uma escolha difícil: devemos atender aos prazos do REF a qualquer preço? Ou é nossa principal obrigação garantir a qualidade do trabalho finalizado? Deve haver centenas de acadêmicos se defrontando com este mesmo dilema.

Eu contrastei isso com a minha própria experiência nos velhos e supostamente obstinados tempos. A faculdade em que me tornei professor em 1957 tinha apenas 19 professores. Destes, dois não faziam pesquisa e seu ensino era lânguido ao extremo. Este foi o preço que o restante de nós pagou pela liberdade e, em meu ponto de vista, valeu a pena. Pois os outros colegas eram excepcionalmente ativos e impelidos não por subornos e ameaças externas, mas por sua própria ambição in-

telectual e amor a seu objeto de estudo. No devido momento, três deles se tornaram associados da Royal Society e sete da Academia Britânica. Trabalhavam em seu próprio ritmo e alguns teriam se saído mal no RAE, pois não se submetiam a prazos e divulgavam seu trabalho apenas quando estivesse pronto. Eu me tornei professor aos 24 anos de idade, mas só publiquei um livro aos 38. Nos dias de hoje, teria sido compelido a deixar de lado meu projeto maior e me concentrar em uma monografia pouco ambiciosa, ou então encarar o ostracismo e até a expulsão.

Gostaria de ver a abolição total do sistema REF, mas como ninguém conseguiu pensar em um método melhor para a alocação seletiva de verbas de pesquisa para as universidades, provavelmente o REF veio para ficar. No entanto, deveríamos ao menos exigir um intervalo maior entre cada rodada de avaliações, digamos, dez anos em lugar de seis; uma ênfase muito maior na qualidade e não na quantidade de publicações; e que a categoria de “impacto” seja um requisito extra, opcional, ao invés de essencial. Como o REF é um plano viável apenas na medida em que os acadêmicos cooperam com ele, as universidades poderiam facilmente conseguir uma reforma a esse respeito, mas apenas se mantiverem uma frente unida. Infelizmente, as instituições que hoje têm mais sucesso na concorrência não recebem incentivos para mudar o sistema, a despeito de suas consequências intelectuais indesejáveis. Deveríamos também conseguir o apoio da Câmara dos Lordes que, em ocasiões passadas, deu apoio às universidades, mais notavelmente em 1988, quando alterou o Projeto de Reforma da Educação, de maneira a garantir liberdade para os acadêmicos expressarem opiniões controversas ou impopulares, sem porem em risco seus empregos ou benesses.

Minha sugestão final, e de longe a mais importante, é que as universidades deveriam refutar coletiva e publicamente a filosofia repugnante subjacente ao Browne Report e ao White Paper, reafirmando que o que defendem e aquilo em que acreditam é sua relação, de um lado, justa com os alunos e, de outro, justa com o governo. O propósito original das universidades na Idade Média era formar estudantes para servirem a Igreja e o Estado, mas o currículo universitário se assentava nas artes liberais (o que, é claro, incluía ciência e matemática) e apenas após a graduação os alunos de fato faziam cursos vocacionais em direito, medicina e teologia. Hoje, as universidades almejam dar condições para que os alunos desenvolvam plenamente suas capacidades; no processo, eles adquirem as habilidades mentais e a flexibilidade intelectual necessárias para se responder às demandas de uma economia em rápida mudança. No entanto, a universidade não deveria oferecer formação profissionalizante, no sentido estrito da doutrinação acrítica em normas

e técnicas de uma profissão em particular. As instituições que o fazem são uma parte indispensável do sistema de educação superior. Todavia, se seus cursos são profissionalizantes e seus membros não desenvolvem pesquisa, não devemos chamá-las de “universidades”, pois dessa forma acabam sendo consideradas versões inferiores daquelas que verdadeiramente importam [isto é, quando comparadas às universidades de fato]. Precisamos de um sistema diversificado de educação superior, mas apenas alguns de seus componentes devem ser universidades e se cria muita confusão pela aplicação indiscriminada dessa palavra.

Estudos avançados e pesquisa são atributos essenciais de uma universidade e parte dessa pesquisa terá aplicações sociais e industriais vitais. No entanto, estas não são seu objetivo primordial, que é aperfeiçoar nosso conhecimento e entendimento, seja do mundo físico ou da natureza humana e de todas as formas de atividade humana, no presente e passado. Durante séculos, as universidades existiram para transmitir e reinterpretar o legado cultural e intelectual e para propiciar um espaço em que o pensamento especulativo pudesse ser buscado livremente, independente de seu valor financeiro. Em uma sociedade democrática livre, é essencial que esse espaço seja preservado.

Isto não acontecerá, a menos que o destino de nossas universidades se torne uma questão política proeminente. Precisamos de eleitores que cobrem de seus parlamentares e de votantes que manifestem suas posições nas pesquisas de opinião. Isto será, sem dúvida, uma tarefa árdua, mas acredito que o povo britânico se mostrará mais receptivo à nossa mensagem do que às vezes se pensa. Hoje em dia, em meio aos aposentados de certa idade, fico impressionado ao ver quantos deles, embora sem formação universitária, estão efetivamente comprometidos com os valores da educação superior. Apoiam as instituições culturais do país, sejam museus e galerias de arte ou concertos de música clássica ou o National Trust⁵. Leem livros e, ao contrário de alguns estudantes, parecem ter prazer em frequentar palestras. Devemos mobilizar seu apoio, assim como o de outros como eles. O que temos de fazer é tornar nossos objetivos claros e então formar um grupo de pressão – talvez o Conselho de Proteção, não da Inglaterra Rural, mas das Universidades Britânicas. Devemos buscar ajuda de um patrono esclarecido, contratar uma agência de relações públicas e levar nosso caso para o país.

Tradução de Izabel Murat Burbridge - Revisão técnica de Taís Ramirez.

Keith Thomas proferiu a palestra da qual resultou este artigo em seminário patrocinado pela London Review of Books, New York Review e Fritt Ord, realizado em 26 de novembro de 2011 no King's College de Londres. A sugestão de publicação do artigo partiu da historiadora e crítica de arquitetura Sophia da Silva Telles e da historiadora Vera Silva Telles.

5. A *National Trust* foi fundada na Inglaterra em 1895, voltando-se à preservação do patrimônio histórico e ambiental britânico - monumentos arquitetônicos, parques e reservas naturais.